PROJETO DE LEI Nº , DE 2010
(Do Sr. Ratinho Junior)

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera o § 5º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.....

§ 5º O depósito de que trata o caput deste artigo é obrigatório:

a) nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório, cabendo à União a restituição ao empregador em até seis meses após o depósito efetuado pelo empregador; e

b) licença por acidente do trabalho.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Milhões de jovens brasileiros, na idade entre 17 e 18 anos, sofrem grande discriminação no mercado de trabalho. Isso ocorre porque, com as regras vigentes, as empresas que têm jovens empregados nesta faixa etária e que são incorporados nas Forças Armadas são obrigadas ao recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Além do ônus causado pela dispensa de funcionário, cuja vaga muitas vezes deverá ser preenchida por alguém que exigirá treinamento, período de adaptação, o empregador hoje acaba sendo penalizado pela obrigatoriedade de recolhimentos sobre um empregado que não está nos quadros de sua empresa.

Segundo pesquisa elaborada por empresários de Apucarana, no Paraná, o problema é generalizado e provoca um grande dano às famílias, especialmente os mais humildes. Conforme destaca o representante do empresariado apucaranes, Aldivino Marques “o efetivo do Exército Brasileiro oscila entre 180 mil e 200 mil homens. No entanto, a discriminação se estende a todo o universo de jovens que se aproximam da idade em que devem fazer o alistamento militar. Com a recusa de contratação por parte de muitos empregadores, o que se vê é que muitos desses jovens – que poderiam estar desfrutando os benefícios de um emprego digno, base inquestionável para uma cidadania efetiva – acabam se tornando mais vulneráveis à ociosidade, às drogas e à violência urbana.”

Na verdade, o principal beneficiado por esse projeto é o jovem brasileiro. Por isso, peço o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação da matéria, tendo em vista seu indiscutível alcance social.

Sala das Sessões, em de de 2010.

Deputado **RATINHO JUNIOR**